



CÂMARA DOS DEPUTADOS.

**Comissão Especial sobre o Sistema Portuário Brasileiro  
(PL 733/2025)**

51 - EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI 733/2025

*Emenda que propõe modificar texto alterando o tempo de designação e SUPRIMINDO a expressão "...sem possibilidade de recondução." do §5º do Art.21 do PL 733/2025 que dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.*

Suprimir a expressão "...sem possibilidade de recondução.", alterando o tempo de designação expressas no §5º do Art. 21, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. Será instituído, em cada porto público, um Conselho de Autoridade Portuária (CAP).

[..]

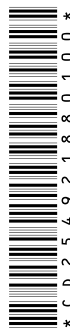
*§ 5º Os membros do CAP serão designados pela autoridade portuária local para um mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução.*

**J U S T I F I C A Ç Ã O**

A previsão de que os membros do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) sejam designados para um mandato de 3 (três) anos busca promover uma maior coerência entre os ciclos de gestão da autoridade portuária e os ciclos eleitorais do governo federal. Essa sincronização fortalece a integração das políticas públicas portuárias com as diretrizes nacionais, garantindo alinhamento estratégico e maior efetividade na implementação das ações previstas.

Além disso, o prazo de três anos permite que os conselheiros adquiram um conhecimento aprofundado sobre os temas do setor portuário e desenvolvam a expertise necessária para contribuir de forma significativa na formulação e análise de diretrizes para o desenvolvimento e a gestão portuária. Um mandato nesse período oferece tempo suficiente para a maturação das discussões, a compreensão das complexidades do setor e a proposição de soluções embasadas.

Contudo, a impossibilidade de recondução pode gerar uma perda relevante de conhecimento acumulado pelos conselheiros que deixam o cargo, prejudicando a continuidade e a eficiência dos trabalhos realizados. Tal situação pode resultar em lacunas de experiência e visão estratégica,



especialmente em um setor que exige alto nível técnico e alinhamento com as políticas públicas e os interesses locais e regionais. Portanto, o § 5º busca equilibrar a necessidade de renovação e integração com a preservação do conhecimento institucional, fortalecendo o papel estratégico do CAP no setor portuário.

Sala da Comissão,      de agosto de 2025  
Deputado REIMONT

